

## **A CRISE DO GOVERNO VARGAS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS DE 1945**

*Martha Couto Neves<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo parte de uma análise de fontes coletadas na imprensa do Rio de Janeiro no primeiro semestre do ano de 1945 para traçar um panorama do contexto político de recrudescimento das oposições nos últimos momentos do Estado Novo, no período em que a luta contra as ditaduras nazifascistas ocupava o cenário internacional. Sem dúvida, a atuação dos jornalistas foi decisiva na formação da opinião pública, na época em que a censura oficial se enfraquecia.

**Palavras-chave:** Imprensa; Estado Novo; oposições; ditadura; jornalistas.

**Abstract:** The article starts from an analysis of sources collected among the written press of Rio de Janeiro in the first six months of 1945 to delineate a view of the political context at the last moments of Brazilian New State. The oppositions grew during the period when the struggle against Nazifascists dictatorships ranked high at the international scenery, and there is no doubt the performance of journalists was important to form public opinion at the time that censorship lost strength.

**Keywords:** Press; New State; oppositions; dictatorship; journalists.

O ano de 1945 começara promissor para aqueles que faziam oposição ao governo ditatorial de Getúlio Vargas instaurado em 1937. A entrevista na qual o escritor paraibano José Américo de Almeida tecia uma análise a respeito da conjuntura política brasileira, dada ao jornalista Carlos Lacerda (*Correio da Manhã*, 22-02-1945) abriera caminho

---

<sup>1</sup> Professora de História do Colégio Pedro II e da Fundação Municipal de Educação de Niterói. Mestre em História pela UFF. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela UERJ. Licenciada e Bacharel em História pela UFF.

para que a imprensa passasse a dar voz a uma série de manifestações contra o regime estadonovista.

Um dos jornalistas que se destacou nessa hora foi Austregésilo de Athayde, diretor responsável pelo vespertino carioca *Diário da Noite*, que fora delegado do Distrito Federal ao I Congresso Brasileiro de Escritores. O jornal fazia parte do grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e passou a defender o retorno à democracia quando o regime ditatorial de Vargas já dava mostras de esgotamento. Seus principais alvos de críticas foram os integrantes do governo identificados com o fascismo, particularmente Agamenon Magalhães, que veio a ser nomeado para a pasta da Justiça no mês de março. A propósito de sua provável indicação para compor o ministério, Athayde diz que seria fato tão espantoso quanto entregar a Goebbels a tarefa de restaurar a democracia no mundo após a guerra. E denuncia, na primeira página da edição de 27 de fevereiro:

Não há no Brasil outro indivíduo com maiores compromissos contra a democracia, que mais tenha falado e escrito para injuriá-la, usando, tanto no falar como no escrever, a série infinita de lugares comuns, editada pela filaúcia dos ditatorialistas contra a liberdade do povo. (...) É um professor da escola do Recife, antigo bastião da causa do liberalismo brasileiro, que nos sete anos de ditadura, prendeu numerosos de seus colegas, perseguiu, encarcerou centenas de estudantes, culminando o espírito faccioso e a mórbida tendência à tirania com a prisão aleivosa de um dos mestres da intelectualidade brasileira, o grande Gilberto Freyre.

Outro bom exemplo de como a imprensa se engajou na luta pela chamada redemocratização do país ainda pode ser encontrado na mesma

página. Com a manchete “Retomei o meu posto na luta contra a ditadura” e duas fotografias, o *Diário da Noite* apresenta as declarações do jornalista Júlio de Mesquita Filho, feitas aos microfones da Rádio Tupi de São Paulo e aos repórteres dos *Diários Associados*. Diretor e proprietário do *Estado de São Paulo*, fora preso várias vezes entre os meses de novembro de 1937 e de 1938, quando se exilou na França, nos EUA e finalmente na Argentina. Em 1940 seu jornal foi invadido e fechado sob a acusação de conspirar contra o governo, que, em seguida, adquiriu o seu controle acionário e transformou-o em “mero boletim de elogios aos donos do poder”. Tendo retornado ao Brasil em 1943, ficou preso por cerca de dois meses e depois foi confinado na sua fazenda de Louveira, onde permaneceu por 16 meses. Retornou a São Paulo no dia 24 de fevereiro e teve participação ativa no movimento de oposição, porém só retomou o controle do seu jornal em dezembro, após a queda do regime e a realização das eleições.

A publicação de suas palavras é interessante não apenas pelas ideias que expressam mas também pela forma como são introduzidas. O jornal rejeita qualquer pretensão à neutralidade e adere explicitamente à “luta contra a ditadura” e à “campanha nacional de libertação”, das quais Júlio de Mesquita Filho é considerado “um líder decidido”. É assim que começa a matéria:

Nada poderia simbolizar melhor a ressurreição vitoriosa da democracia em São Paulo do que o regresso e a libertação do jornalista Júlio Mesquita Filho. Nada poderia encarnar melhor a nossa vontade de vencer do que sua afirmação de que teremos ‘liberdade custe o que custar’. E nada

poderia indicar melhores diretrizes ao povo do que sua afirmação: ‘Com a União Democrática Nacional e seu candidato Eduardo Gomes’ (Idem).

Sua entrevista concentra-se em dois pontos: a anunciada reforma da Carta de 37 e o processo eleitoral recentemente desencadeado. A propósito das mudanças constitucionais, afirma:

Que qualquer ato emanado do atual poder terá sempre a eiva de sua origem fascista, é o que ficou patente com a publicação da exposição ministerial, na qual se declara que sendo o Estado absoluto em seus direitos e o ditador a personificação daquele Estado, cabe-lhe introduzir na Carta de 10 de Novembro as modificações que lhe pareçam, assim como as leis que em sua alta sabedoria julgue melhor para presidir a transformação política que se pretende levar a cabo. (Idem)

E sobre as próximas eleições, denuncia os interesses que estariam por trás da rapidez com que o governo as organizava:

É evidente que os que pretendem fazer-se eleger, tanto para o cargo de chefe da Nação, como de governadores de Estado, buscam precipitar os acontecimentos no intuito de fazer funcionar, em seu exclusivo benefício, o onerosíssimo maquinismo político-administrativo que sufoca a Nação, e que eles pacientemente construíram nesses últimos 7 anos de poder absoluto. (Idem)

No final, proclama a incompatibilidade do “caudilho de São Borja” com a nova ordem mundial, uma vez que ele, “pela boca de Francisco Campos, seu ministro”, afirmara que o liberalismo tendia à decomposição, abrindo caminho para a instalação do comunismo, e que só a revolução política promovida pelo fascismo poderia interromper esse processo. Como os rumos da guerra provavam o contrário, estava aí mais um argumento para o povo repelir a candidatura de Vargas à futura presidência da República.

Rompida a barreira da censura, a imprensa passa a divulgar abertamente toda a articulação oposicionista para as próximas eleições. O candidato lançado pelos liberais, o major-brigadeiro Eduardo Gomes, tem sua história, sua imagem e suas ideias estampadas diariamente nas folhas dos principais jornais da capital, que dão assim importante contribuição à sua campanha. O fato de ser militar e ligado à Força Aérea Brasileira, que participava das ações na Itália, servia para fortalecer sua figura perante a opinião pública. Afinal, os soldados brasileiros eram vistos como heróis da pátria e da causa da liberdade mundial, e seus feitos mereceram ampla cobertura da imprensa nacional, que enviou correspondentes para o palco dos conflitos, entre eles Joel Silveira, Rubem Braga, Raul Brandão e Egycio Squeff. Houve até mesmo um tabloide semanal específico para divulgar as notícias relacionadas à atuação da FEB: foi *O Globo Expedicionário*, que circulou de 07 de julho de 1944 a 23 de maio de 1945.

Não foram poucas as vezes em que os jornalistas procuraram evidenciar a relação entre a luta contra o Estado Novo e os combates travados pelos pracinhas em solo europeu. A persistência do regime autoritário no Brasil é denunciada como uma incoerência diante dos esforços dos aliados para derrotar o totalitarismo. A batalha para o restabelecimento da democracia é considerada uma obrigação dos que ficaram para com os soldados brasileiros que se sacrificavam no cenário da guerra. Inseridos ao longo das notícias do front ou em editoriais, os elogios aos pracinhas eram acompanhados de comentários acerca da

importância da liberdade, da paz e da justiça, ideais pelos quais eles morriam e que todos os brasileiros deveriam defender. Até cartas enviadas pelos combatentes para suas famílias eram reproduzidas, comprovando seu orgulho por estarem lutando por uma causa justa:

Não nos importa vivermos longe dos nossos amores, se é justa a causa pela qual lutamos. Pode estar certo, que dentro de pouco tempo, soldados livres de todas as nações livres do mundo, marcharão sobre os escombros totalitários, entoando a canção de um continente livre: ‘Deus salve a América’. (...). Se eu voltar, eu serei mais feliz que se não tivesse vindo. Se ficar para sempre eu serei da mesma forma feliz por ter lutado pela liberdade destes que aí ficaram.<sup>2</sup>

Na verdade, tratava-se de duas frentes de uma mesma luta, uma externa e outra interna.<sup>3</sup> E ambas parecem ter se definido a favor da democracia quase no mesmo dia: a principal batalha da FEB na Itália, a de Monte Castelo, terminou com vitória diante dos nazistas na madrugada do dia 21 de fevereiro, enquanto que a luta pela liberdade de expressão no Brasil teve o seu momento decisivo no dia seguinte, com a publicação da entrevista de José Américo ao *Correio da Manhã*. Mas nenhuma das duas guerras estava ganha ainda; era preciso permanecer

---

<sup>2</sup> Publicado no *Diário Carioca* em 04/02/45, na p. 3, com o título “Digo-lhe que as nossas tropas são na verdade másculas”.

<sup>3</sup> Artigos exemplares dessa tendência de associar a guerra aos embates que aconteciam dentro do país contra a ditadura podem ser encontrados nos diversos jornais. Logo depois das declarações de José Américo, *O Globo* coloca na capa da edição das 11 horas, do dia 24 de fevereiro, as palavras do discurso de Pedro Calmon na Conferência Interamericana: “Soldados da causa do homem livre da América, os expedicionários do Brasil”. O *Diário de Notícias* publicou “Não morreram em vão”, no dia seguinte, na p. 4; e “País libertado”, no dia 28, também na p. 4. O *Diário da Noite*, em editorial de 24/02, clama pela convocação de uma Constituinte como forma de honrar a morte de nossos pracinhas. O mesmo faz o *Correio da Manhã*, na p. 4 de 08 /03, no editorial “Meditemos”.

nas trincheiras e em alerta, solapar o ânimo do inimigo e minar o seu território; assim, quando chegasse a batalha final, a vitória seria definitiva. Na Europa, o conflito terminaria no início de maio; no Brasil, se estenderia até outubro. Até lá, os combatentes ainda enfrentaram dificuldades para conquistar terreno e desalojar os oponentes.

A realização da reunião dos chanceleres americanos no México, iniciada também no dia 21 de fevereiro, deu mais munição aos jornalistas. Cada frase dos discursos que se referisse à democracia e à liberdade, ou aos seus opostos, tirania e opressão, era transformada em manchete. As notícias sobre o importante evento diplomático serviam de veículo para as ideias liberais que deveriam contagiar o povo brasileiro. O *Diário de Notícias* anuncia na capa da edição do dia da inauguração dos trabalhos: “Na projetada Declaração de Chapultepec serão reafirmados os princípios democráticos e anti-fascistas dos povos do Hemisfério”. “Reunidas em Chapultepec, as Américas reafirmam sua união e seu devotamento à causa democrática”, foi a chamada de capa do *Jornal do Brasil* em 23 de fevereiro, para a notícia da página 9. “A tirania não pode existir onde prevalece a verdade”, foi o título dado à transcrição da proposta dos EUA na Conferência do México, a favor do livre acesso à informação, publicada no mesmo jornal, no dia seguinte. E muitos dias depois, o *Correio da Manhã* usou a frase “Para livrar a humanidade da tirania, da opressão e da escravidão” para apresentar um telegrama da ABI ao presidente do evento, cumprimentando-o pela

recomendação a favor da ampla liberdade para a divulgação da palavra escrita e falada (Edição de 10/03/1945).

Mas outras armas foram usadas. Além de dar bastante destaque às adesões recebidas de todo o Brasil à candidatura de Eduardo Gomes, os jornais abrem espaço, em suas páginas, para denúncias contra membros e atitudes do governo. Entrevistam opositores do regime, que lançam dúvidas sobre a lisura do próximo pleito e até sobre a intenção de Vargas em realmente realizá-lo. Reproduzem palavras ditas, em anos anteriores, por ministros e funcionários do governo, em apoio ao Estado Novo ou aos governos fascistas. Convocam, através dos editoriais, a população a ficar atenta a possíveis manobras continuístas de Getúlio, lembrando o golpe de 37.

Nesse sentido, a assinatura do Ato Adicional de 28 de fevereiro de 1945 - com as aguardadas reformas constitucionais e a definição do prazo de 90 dias para o agendamento das eleições - e a nomeação de Agamenon Magalhães, no dia seguinte, para o Ministério da Justiça tornaram-se alvos privilegiados dos ataques dos jornalistas e da oposição em geral. As críticas se centravam na ilegalidade da Carta de 37, que a nova lei pretendia apenas modificar e não anular, e na íntima ligação entre a história política do ex-interventor pernambucano e as arbitrariedades cometidas ao longo dos 7 anos do Estado Novo. A decepção com o Ato Adicional, o descrédito em relação aos seus efeitos no sentido da redemocratização do país e a desconfiança em relação aos projetos políticos de seus mentores tomam as páginas dedicadas à

política nacional ao longo da primeira semana de março. Magistrados e professores de direito são ouvidos e reprovam a nova lei. Duvida-se da idoneidade do novo ministro na condução das eleições. As esperanças em relação à volta da liberdade estão abaladas.

O medo de um retrocesso parece justificado pelos “gravíssimos acontecimentos em Recife”, relatados na edição de 6 de março do *Correio da Manhã*: no dia da posse de Agamenon Magalhães, a polícia da capital pernambucana matou com um tiro na testa o estudante Demócrito de Souza Filho, membro do diretório da Faculdade de Direito do Recife, que estava na sacada do prédio do Diário de Pernambuco, onde Gilberto Freyre discursava no comício da campanha do Brigadeiro. Além de um ataque à candidatura oposicionista, o incidente foi considerado uma afronta à liberdade da imprensa, uma vez que o jornal que acolhera os oradores era o único que fazia oposição aberta e concorrência comercial ao jornal *Folha da Manhã*, de propriedade do novo ministro. Como o *Diário* foi invadido e fechado nessa ocasião, as suspeitas acerca do retorno à censura se fortaleceram.

Manifestações de pesar pela morte do estudante e de repúdio pela violência policial inundaram a imprensa. Comícios de solidariedade foram anunciados nos jornais e realizados em diversas cidades do país. Ao lado da punição para os responsáveis pelo tiroteio, que ainda deixou outros feridos, pedia-se liberdade para os pernambucanos. Em 7 de março, o *Correio da Manhã* publica as deliberações aprovadas por escritores e jornalistas, responsabilizando diretamente o ministro da

Justiça e o interventor do estado pelo assassinato do estudante e cobrando providências do governo.

Denúncias envolvendo os órgãos estaduais ligados ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) chegam às redações, fortalecendo a determinação dos jornalistas em consolidar a liberdade conquistada. Notícias de comícios que foram proibidos de se realizarem, casos de censura prévia a entrevistas de rádio, listas de profissionais de imprensa que abandonaram seus empregos por não concordarem com a orientação política recebida<sup>4</sup> ou que estavam presos, nomes de jornais que apoiavam a oposição e sofreram intervenção aparecem com frequência nas seções de política nacional. Depois de o país ter experimentado viver alguns dias sem censura e da opinião pública ter tido a chance de perceber uma mudança no tom dos jornais e nos temas de suas colunas, não se aceitava mais a intromissão de elementos ligados ao governo nos meios de comunicação. Nem a edição de novas medidas para submetê-los ao seu controle, como chegou a ser ventilado através da decretação de uma nova lei de imprensa.

Nesse sentido, após desnudar a atuação arbitrária do DIP para os leitores, Costa Rego passa a argumentar contra a criação de um mecanismo legal específico para regular as atividades da imprensa, mostrando que a lei penal disponível já previa responsabilidades em

---

<sup>4</sup> Um caso de grande repercussão foi o da demissão dos redatores do jornal *A Noite*, Raimundo Magalhães Jr., Roberto Lira, Jorge Maia, Clóvis Ramallete, Otávio Simões Barbosa e Celso Kelly. O *Diário da Noite* publica inclusive foto dos jornalistas, elogiando sua coerência (26/02/1945, pp. 1 e 2).

casos de calúnia, injúria e difamação, e que o anonimato garantido aos autores dos artigos não infringia a lei, uma vez que sempre caberia ao editor responder por qualquer dano ou prejuízo. Também esclarece como funcionava o direito de resposta, considerando-o um mecanismo democrático de defesa para qualquer pessoa que se sentisse atingida por palavras divulgadas pelos órgãos de imprensa.<sup>5</sup>

A segunda semana de março traz ao mesmo tempo alívio e desconfiança: Vargas anuncia que não será candidato, mas elementos ligados ao governo lançam a candidatura do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, à presidência da República. No mesmo dia 11 em que Getúlio discursou no Automóvel Clube, em almoço comemorativo do estabelecimento do salário mínimo para os profissionais de imprensa, declarando que não era candidato e que não deixaria o cargo antes da realização das eleições, o *Correio da Manhã* publicava editorial intitulado “*Manobra*” para denunciar a tentativa do governo de queimar a candidatura de Eduardo Gomes ao indicar o nome de Dutra à sucessão. Dois dias depois, coube ao governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, a tarefa de convocar uma reunião com políticos paulistas no palácio de Campos Elíseos e comunicar oficialmente o lançamento da candidatura do ministro.

---

<sup>5</sup> Os artigos em que o jornalista aborda essas questões estão nas edições do *Correio da Manhã* dos dias 6, 7 e 8 de março.

A imprensa, a partir de então, tentou alertar a opinião pública para as artimanhas de Vargas para permanecer no poder<sup>6</sup> e também lançou apelos ao general Dutra para que ele não aceitasse a indicação de seu nome. Ganha força a tese de que, para garantir plena liberdade durante a campanha eleitoral e a confiabilidade dos resultados, o governo deveria ser entregue ao Judiciário, com seus poderes assentados na Constituição de 1934. São ouvidos políticos, jornalistas, advogados, militares e estudantes, que se pronunciam contra a candidatura governista e manifestam ceticismo em relação ao pleito organizado pelas forças que já estavam e desejavam se manter no poder. Alguns defendem a inelegibilidade dos chefes de governo e dos ministros de Estado, a partir da legislação relativa à matéria<sup>7</sup>. Outros criticam Dutra por permanecer no cargo após a divulgação de seu nome e lembram seu passado recente de apoio às ideias fascistas. Em contrapartida, Eduardo Gomes é elogiado por ter se afastado voluntariamente do comando das Rotas Aéreas para se dedicar à campanha e por sua história de luta contra o autoritarismo.

Uma piada sobre a sucessão presidencial, publicada na coluna “Pingos e Respingos” do *Correio da Manhã*, é representativa do ânimo oposicionista da imprensa nesse momento:

- Entre as duas candidaturas, a do Brigadeiro e a do Ministro da Guerra, a diferença é muito pequena.
- Como assim?

---

<sup>6</sup> Os editoriais da página 4 do *Correio da Manhã* passaram a bordar insistentemente esse assunto: “Diabólico” (13/03/1945), “Os venenos da eloquência” (13/3/1945), “O outro candidato” (14/03/1945), “Conquista e usurpação” (03/04/1945), “Rotativismo atenuado” 06/04/1945).

<sup>7</sup> Como Costa Rego, em artigo na p. 4 de 01/04/1945, e Nestor Massena, no artigo da p. 2 do dia 7 de abril.

– Uma simples transposição de letras; a do Brigadeiro é ‘candidatura’ e a do Ministro ‘candidatura’. (Edição de 14/04/1945, p. 4).

Definidos os adversários, as lutas políticas, por tanto tempo inibidas, tomam conta do cenário nacional. As principais forças sociais assumem a forma organizada dos partidos que durante os quase 20 anos seguintes definiriam os quadros da vida política brasileira. Os jornais noticiam os preparativos para a formação da União Democrática Nacional (UDN), aglutinando as forças oposicionistas, e o Partido Social Democrático (PSD), reunindo as lideranças locais e regionais ligadas aos interventores e ao governo federal. Na verdade, é dado muito mais espaço aos nomes que viriam a integrar o partido de oposição e às adesões que este recebia por parte de segmentos da sociedade do que à composição ou aos projetos do partido governista.

Significativamente, o lançamento oficial da candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República e a fundação da frente oposicionista foram feitos no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, em 7 de abril, e contaram com ampla cobertura dos meios de comunicação, que reproduziram os discursos e divulgaram fotografias dos oradores e participantes. Os Estatutos da UDN também foram veiculados na imprensa, na tentativa de conquistar o apoio da opinião pública. Enquanto isso, seguia-se a estratégia de desqualificar os nomes que apoiavam o “outro candidato” - como tantas vezes os jornalistas se referiam ao general - buscando relacioná-los ao regime ditatorial de

Vargas. Apesar de veicularem previsões otimistas em relação ao desempenho eleitoral do “candidato democrático” e não se cansarem de anunciar adesões, manifestações e comícios de sua campanha, a preocupação dos jornais com as atitudes de Getúlio era evidente.

No início de abril, informações sobre uma possível aproximação dos comunistas ao presidente circulam com mais frequência e preocupam os setores liberais; o *Correio da Manhã* alerta: “Movimentos esquerdistas – Há um grupo que está trabalhando para o sr. Getúlio Vargas”. Segundo a nota, surgiam divergências nos grupos de esquerda e uma facção tendia a dar apoio a Vargas para formar um ‘governo de coalizão’ (cf. 01/04/1945, última página). Um telegrama de Luiz Carlos Prestes cumprimentando o presidente pelo restabelecimento de relações com a URSS é interpretado como sinal de uma aliança próxima<sup>8</sup>, e vem reforçar a impressão que ficara do documento escrito por ele e publicado no *O Globo* em 15 de março, no qual diz que “a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país”.

A tese do ‘governo de coalizão’ passa a ser, então, bombardeada pela oposição liberal, que considera inviável o seu estabelecimento, tendo em vista o extremo personalismo do chefe de Estado e a inexistência de partidos políticos firmemente estabelecidos para sustentar essa

---

<sup>8</sup> Editoriais “Sem comentário” e “Unidos!”, do *Correio da Manhã*, dias 10 e 11 de abril de 1945, p. 4.

iniciativa.<sup>9</sup> Duvidando da imparcialidade do governo durante a campanha política, ganha força a ideia de sua substituição antes do pleito. O próprio Eduardo Gomes, dessa vez, resolve falar: “Os homens da ditadura não são os indicados para presidir as eleições”. Suas declarações, estampadas na capa do *Correio da Manhã* do dia 17 de abril, são a favor da renúncia de Vargas, com a entrega do governo à Justiça e o restabelecimento da Constituição promulgada de 1934. Em confronto, dois caminhos para a extinção da ditadura: a sua substituição imediata ou o voto de confiança dado ao chefe do governo para que ele mesmo encaminhasse o processo de retorno à democracia.

A primeira quinzena de abril trouxe ainda dois acontecimentos que ganharam as páginas dos jornais e se relacionavam ao tema da liberdade, embora suscitando sentimentos opostos: a retomada de relações do Brasil com a URSS, justificando as esperanças num mundo de paz no pós-guerra, e a morte do presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, gerando angústia em relação aos rumos a serem tomados com o encerramento do conflito mundial.

O primeiro assunto frequentava o noticiário desde fevereiro, quando se intensificaram as negociações intermediadas pelos EUA e diversos homens públicos resolveram declarar-se a favor da medida. Afinal,

---

<sup>9</sup> Na edição de 14/04 do *Correio da Manhã* é divulgado um documento da União dos Trabalhadores Intelectuais de repúdio a essa tentativa de interferir no processo eleitoral (última página), assim como também um artigo da p. 4. O *Diário Carioca*, por sua vez, em 29/4, publica, sob o título “O que todos os democratas desejam: Rápida liquidação da ditadura Vargas”, uma análise das duas propostas em discussão para o fim do regime ditatorial que conclui pela necessidade da rápida destituição do governo.

julgavam incoerente os dois países lutarem como aliados e não manterem entre si relações diplomáticas. Quando finalmente o documento oficial é assinado, no dia 1º de abril, pelo embaixador brasileiro Carlos Martins e pelo embaixador soviético Andrei Gromyko, na sede da embaixada da Rússia, nos EUA, a imprensa brasileira saúda efusivamente a decisão: “Restabelecidas as relações Diplomáticas entre o Brasil e a Rússia”, foi a manchete do *Correio da Manhã*, no dia 3, para a notícia que comemorava o “grande acontecimento (...) , concretização de um dos mais fortes anseios dos brasileiros”, como a “afirmação oficial de sentimentos de sincera amizade entre dois povos unidos pelas armas numa grande causa, a da Liberdade”. Fotos da solenidade e de Stálin ilustraram as páginas dos jornais, editoriais elogiaram o acordo, artigos procuraram identificar as afinidades entre os dois povos, discursos e saudações pela decisão foram publicados nos dias seguintes.

Contudo, não se pense que os órgãos de imprensa eram defensores do comunismo. A campanha que fizeram em prol do restabelecimento das relações com os russos fazia parte da luta mais ampla pela redemocratização do país, porém não significa que compartilhassem da ideologia comunista. O Exército Vermelho era elogiado por seu papel na “libertação do mundo” e o povo russo era enaltecido por sua história de resistência à opressão<sup>10</sup>, mas os brasileiros não deveriam ser

---

<sup>10</sup> *Correio da Manhã*, 4/4/45 – p. 2: “O Brasil e a Rússia”; 7/4/45 – última página: “Mensagem do Comitê Democrático dos Trabalhadores”.

influenciados por suas “ideologias estranhas”<sup>11</sup>. Na verdade, a URSS e os EUA eram vistos como os baluartes da liberdade no mundo a poucos meses do fim da Segunda Guerra Mundial. Seu papel preponderante na aniquilação das forças totalitárias credenciava-os à admiração do resto do mundo.

E eis que todos são surpreendidos pela morte do presidente Roosevelt, no dia 12 de abril, em decorrência de um derrame cerebral. Embora as negociações para os acordos do pós-guerra já tivessem sido iniciadas em Ialta, os combates ainda estavam em curso e a presença do chefe de Estado norte-americano era fundamental para as decisões a serem tomadas nos próximos encontros. Seu súbito desaparecimento trazia insegurança em relação ao destino dos Aliados ao término do conflito, e foi profundamente sentido pela imprensa e por diversos setores da sociedade brasileira. A extensa cobertura jornalística do fato abrangeu, além das circunstâncias do falecimento e do funeral, suas repercussões pelo Brasil e pelo mundo, com depoimentos elogiosos sobre o estadista, telegramas de pesar enviados às redações e à embaixada dos EUA e manifestações públicas de luto pela perda do grande líder.

No próprio corpo das notícias, os jornalistas lamentavam sua morte e lembravam suas qualidades: “(...) quanto não lhe deve o mundo inteiro pela sua ação de defensor das liberdades onde os transviados andaram a ameaçá-las”. Mas também nos artigos e editoriais as virtudes de

---

<sup>11</sup> Em 20/04, o editorial da p. 4 do *Correio da Manhã* procura deixar clara a distância entre simpatia e adesão.

Roosevelt eram apontadas, como fez Augusto Frederico Schmidt ao lhe conceder o título de “*Pai dos homens livres*”. Entre as mensagens publicadas, destacam-se a da diretoria da União Nacional dos Estudantes, que nesse momento lutava ao lado das forças oposicionistas pelo fim do Estado Novo, dizendo que perdiam “um dos maiores campeões da Paz e da Unidade das nações democráticas (...), o maior amigo da América Latina, o genial criador da política de Boa Vizinhança”; e a de Stálin, em telegrama à viúva no qual afirma que os russos o tinham em alta consideração “como grande organizador das lutas das nações amantes da paz, contra o inimigo comum, e da causa da garantia de todo o mundo contra os agressores”<sup>12</sup>.

A notícia da morte do estadista norte-americano coincidiu com o final da Semana Nacional Pró-Anistia, organizada pela União Nacional dos Estudantes, entre os dias 6 e 13 de abril, com o intuito de pressionar o governo a conceder a anistia aos presos políticos e aos exilados. Desde fevereiro os jornais tratavam desse tema, publicando opiniões dos exilados sobre o momento nacional e lembrando a situação da filha de Luiz Carlos Prestes, que embora não tivesse cometido crime algum era forçada a viver em outro país. O *Diário da Noite* estampou sua fotografia na capa da edição do dia 28 de fevereiro, com um resumo de sua história e um apelo em favor da anistia. Logo depois, o *Correio da Manhã* publicou,

---

<sup>12</sup> *Correio da Manhã* – edição do dia 13/04: capa – “Faleceu Franklin Delano Roosevelt”; p. 4 – “Roosevelt, o Pai”; p. 5 – “Roosevelt”; edição de 14/04: capa – “A morte de Roosevelt – Consternação mundial pelo desaparecimento do grande líder”; p. 3 (continuação da capa).

sob o título “Exilada de 8 anos”, telegrama assinado por Armando Nogueira pedindo a repatriação da menina e assumindo responsabilidade sobre ela (edição de 03/03/1945, p. 2).

Em abril a campanha pela anistia se fortalece, contando com a firme adesão da imprensa, que em muito contribuiu para a difusão do movimento, ao noticiar batalhas jurídicas pela concessão de habeas corpus, divulgar manifestos de entidades da sociedade civil, anunciar comícios, lançar editoriais, listar nomes de presos políticos e publicar declarações a favor da medida. A assinatura do decreto era aguardada como prova das reais intenções do governo em promover um retorno à democracia, e nesse sentido a anistia deveria ser ampla e irrestrita. Civis e militares, funcionários públicos, políticos, professores, estudantes, artistas e jornalistas, enfim todos que, condenados ou não pelo Tribunal de Segurança Nacional, tivessem perdido a liberdade, o emprego ou as propriedades sob a acusação de tramarem contra o governo, mereciam reparação por parte do Estado.<sup>13</sup>

Quando finalmente ela é anunciada, na manhã de 18 de abril, os jornais correm para saber detalhes junto ao ministro Agamenon Magalhães e para cobrir a libertação dos primeiros presos. Foto do povo em frente ao portão da penitenciária de onde Luiz Carlos Prestes foi solto naquela noite ilustra a matéria da última página do *Correio da Manhã* do

---

<sup>13</sup> Editorial publicado na p. 4 do *Correio da Manhã*, no dia do anúncio oficial, rejeita a definição da anistia como perdão, classificando-a como reparação às injustiças cometidas pelas autoridades.

dia 19. Mais fotos mostram os primeiros libertados da Ilha Grande chegando à gare da Central do Brasil no dia seguinte. A amplitude da medida é comemorada, pois todos os crimes políticos e conexos praticados desde 1934 foram contemplados, à exceção dos chamados “quinta coluna”, referentes à espionagem no período de guerra. Só mais tarde foi possível perceber que seus termos impunham tantas condições à reintegração dos militares e funcionários perseguidos que muitos não conseguiram ser reincorporados às suas funções.

Fortalecendo a crença de que os ventos democráticos realmente sopravam no país, noticiava-se a presença do recém-libertado líder comunista no ato promovido pela UNE, pelo Movimento Unificador dos Trabalhadores e pela Liga de Defesa Nacional<sup>14</sup> em homenagem à memória do presidente norte-americano. Repleto de estudantes, o desfile, iniciado no Castelo na tarde do dia 20, encerrou-se em frente à embaixada dos EUA, onde aguardavam a multidão, lado a lado, o embaixador Adolf Berle Junior e Luiz Carlos Prestes. A fé na possibilidade de construção de um mundo livre e democrático nunca esteve tão justificada.

---

<sup>14</sup> O MUT havia sido fundado recentemente, por um grupo de cerca de 300 sindicalistas de 13 estados, com o objetivo de organizar os trabalhadores fora da tutela do Estado e fazer frente aos sindicatos oficiais. Já a criação da LDN remonta à Primeira Grande Guerra e esteve ligada à difusão do civismo e do patriotismo entre o povo brasileiro. Entre 1937 e 1945, passou a atrair para suas fileiras adversários do regime de diversas tendências políticas e a abrir espaço para a luta contra a ditadura: militares, juizes, profissionais liberais, políticos, intelectuais, professores e estudantes compareciam às conferências antifascistas promovidas pela Liga e participavam das campanhas pelo envio de tropas brasileiras à guerra e pela sua manutenção e sustento. Em 1945, com o início do processo de reorganização partidária, muitos membros deixaram a instituição para ingressar na UDN, no PCB e no PTB.

Porém as forças que apoiavam o presidente não estavam derrotadas e começavam a preparar uma virada no jogo; surge, em alguns cantos do país, um movimento chamado ‘queremos Getúlio’, defendendo a permanência de Vargas no poder, através do adiamento do pleito previsto ou do lançamento de sua candidatura à presidência. Embora tenha se organizado no Distrito Federal, sob a liderança de Valdir Rodrigues, a partir do mês de maio, já em abril a imprensa denunciava a manipulação do funcionalismo e dos sindicatos dirigidos pelo Estado no sentido de conseguir adesão ao movimento. E também noticiava o envolvimento de ‘queremistas’ em tumultos provocados em comícios e ameaças dirigidas a jornais oposicionistas<sup>15</sup>. Expandindo-se da capital para o interior do Brasil, o ‘queremismo’ contou com o apoio dos comunistas, que seguiam a orientação de Moscou de unirem forças em torno dos líderes políticos que lutavam junto aos Aliados<sup>16</sup>, e com a atitude dúbia de Vargas, que não estimulava abertamente o movimento mas também não o desencorajava. Macedo Soares denuncia de forma contundente a postura do presidente no seu artigo de capa, intitulado “O Homem quer ficar”, no *Diário Carioca* de 29 de abril:

Enquanto isso, o sr. Getúlio Vargas vai se aquecendo em água fria, namora com Prestes e os comunistas, como

---

<sup>15</sup> Na edição do dia 18 do *Correio da Manhã*, por exemplo, duas notas na última página referem-se a isso: “O queremos Getúlio no Ministério da Fazenda” e “Os arques de Pernambuco”. A notícia do *Diário Carioca* de 29 de abril, intitulada “O ‘queremos Getúlio’ em Friburgo”, também serve de amostra (2ª Seção, p. 3).

<sup>16</sup> Essa linha de ação foi vitoriosa na Conferência da Mantiqueira, realizada no mês de agosto, e passou a nortear as posições do PCB durante os dois anos seguintes. A ideia básica era lutar pela consolidação da democracia, liquidar o fascismo, combater a miséria, restabelecer a paz e promover a união nacional, enquanto não houvesse condições objetivas para uma revolução socialista no país.

‘flirtou’ com Plínio Salgado e os integralistas e 37. Vai ficando no governo à espera, pois o tempo trabalha em seu favor. Mas a situação do país se vai agravando cada dia. O governo sem autoridade envernizando-se. O trabalho e a produção diminuídos na incerteza. A tranqüilidade pública perturbando-se na insegurança. Os direitos e garantias legais vacilando na ilegitimidade. O esforço nacional de guerra entorpecendo na dissensão e na indisciplina. Vigilante, ativo e satisfeito na tocaia, somente o monstro de egoísmo, de inconsciência e de falta de patriotismo do homem a quem o Brasil deu tudo por quinze anos seguidos de terríveis sacrifícios morais e prejuízos materiais, mas que, insatisfeito, ávido e voraz de mando, quer mais, quer ficar!

E prossegue, dias depois:

O sr. Getúlio Vargas não tem bandeira, nem programa, nem escrúpulos, nem preconceitos. O que ele quer é, unicamente, ficar. Fica com qualquer um, de qualquer jeito. Fica por bem ou por mal. Fica ensangüentando o país, desacreditando-o no estrangeiro, desencantando-o no interior coma as mistificações e as traições de que é mestre empreiteiro.

Ninguém se pode enganar com o narcotizador. O seu passado é uma lição eloqüente; sua atitude presente um mistério ameaçador, uma falsidade, um crime.<sup>17</sup>

Enquanto o jornal *O Radical* servia à articulação queremista, jornais como o *Diário Carioca* e o *Correio da Manhã* clamavam ao Judiciário para tomar providências no sentido de impedir o continuísmo e garantir a realização e a lisura das eleições. Porém, ao mesmo tempo em que denunciavam as pressões sofridas por trabalhadores e funcionários públicos para participarem das comemorações do Dia do Presidente e do Primeiro de Maio, ainda publicavam “Saudações do povo brasileiro ao chefe de governo” no dia de seu aniversário.<sup>18</sup> Também enalteciam

<sup>17</sup> *Diário Carioca*, 01/05/1945, capa: “O Narcotizador”.

<sup>18</sup> *Correio da Manhã*, 19/04/1945, p. 2: “O aniversário do sr. Getúlio Vargas”.

algumas iniciativas do governo no campo econômico, mencionando a usina de Volta Redonda, a Vale do Rio Doce, a Fábrica de Celulose e Papel do Paraná, a Fábrica de Alumínio de Ouro Preto, a Fábrica Nacional de Motores e a Laminação Nacional de Metais. E continuavam a dar notas relativas à agenda do presidente. Sinal que o DIP ainda atuava, ainda que de maneira intermitente e bastante enfraquecido<sup>19</sup>, já estava nos seus estertores, assim como o regime que o criara.<sup>20</sup>

\* \* \*

---

<sup>19</sup> As recomendações feitas pelo DIP paulista sobre como a imprensa deveria abordar o aniversário de Getúlio foram divulgadas, provocando uma polêmica envolvendo jornais, jornalistas e autoridades. O *Diário Carioca* fez questão de dar espaço a ela, publicando seus desdobramentos por alguns dias com o título “Encomendando elogios no aniversário do ditador”.

<sup>20</sup> O DIP foi extinto em 25/05/1945 e o Estado Novo chegou ao fim com a deposição de Vargas em 29/10/1945.